

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.978 - SP (2019/0295644-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VERONICA MELO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. RAZÕES DO WRIT DISSOCIADAS DA MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO COMBATIDO. IMPOSSIBILIDADE DE SE ANALISAR O CONSTRANGIMENTO NARRADO. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de VERÔNICA MELO DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do Agravo em Execução Penal n.º 7000000-52.2019.8.26.0344.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais da Comarca de Marília/SP considerou como termo inicial para a progressão ao regime aberto a data que a Sentenciada efetivamente cumpriu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data concessiva do regime semiaberto (fl. 15).

Contra essa decisão, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução penal. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso e retificou o cálculo das penas e considerou como parâmetro para a progressão ao regime aberto a data da decisão judicial que efetivamente concedeu à Sentenciada a progressão ao regime intermediário (fl. 17).

Neste writ, a Impetrante aduz que "[r]eferida decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que, ao julgar Agravo de Execução Penal interposto pelo Ministério Público, fixou regime inicial fechado para cumprimento do restante das penas, estabelecendo ainda como data base para benefícios a data do trânsito em julgado da última condenação imposta ao paciente" (fl. 4).

Superior Tribunal de Justiça

Formula, ao final, a seguinte pretensão (fl. 12):

"[R]equerer seja recebida e processada a presente ordem, sob o efeito da liminar, SUSTANDO-SE A DETERMINAÇÃO DE FIXAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA O MP DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO DO SENTENCIADO COMO TERMO INICIAL PARA O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS, MANTENDO-SE COMO DATA BASE A ÚLTIMA PRISÃO OU A ÚLTIMA FALTA GRAVE COMETIDA PELO SENTENCIADO [...]."

É o relatório. Decido.

Verifico que a Corte estadual deu provimento ao agravo do Ministério Público para retificar o cálculo das penas e considerar como parâmetro para a progressão ao regime aberto a data da decisão judicial que efetivamente concedeu à Sentenciada, ora Paciente, a progressão ao regime intermediário (fl. 17) – fundamento que não foi impugnado.

Concluo, portanto, que as razões deste *writ* estão dissociadas da motivação do acórdão combatido, o que, igualmente, obsta a análise do constrangimento alegado.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. FURTOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE.

1. É inadmissível a pretendida supressão de instância para tratar de tema que nem sequer foi debatido na Corte estadual.

2. Na hipótese, as razões do writ estão completamente dissociadas do que foi decidido pelo Tribunal a quo no acórdão impugnado.

3. O pedido de reconhecimento da prescrição da pretensão executória deve ser dirigido ao Juízo da execução, instância mais adequada e segura para fazer o exame minucioso das datas e de eventuais intercorrências, ali será possível fazer a aferição necessária e constatar, se for o caso, se houve o transcurso do lapso temporal necessário à prescrição.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 431.717/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

